

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CANDIDO RONDON  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO FÍSICA E LETRAS  
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

**Fabiana Stahl Chaparini**

**Resistência e repressão em Santa Helena no período ditatorial (1964-1985)**

**Marechal Cândido Rondon**

**2014**

**Fabiana Stahl Chaparini**

**Resistência e repressão em Santa Helena no período ditatorial (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História do *Campus* de Marechal Cândido Rondon da UNIOESTE, como requisito básico para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Dra. Carla Silva

**Marechal Cândido Rondon**

**2014**

*A minha luta é dura e regresso  
com os olhos cansados  
às vezes por ver  
que a terra não muda,  
mas ao entrar teu riso  
sobe ao céu a procurar-me  
e abre-me todas  
as portas da vida.*

*Pablo Neruda*

## **Agradecimentos**

Quando entrei para a universidade, jamais acreditei que este momento esperado chegaria logo. Foram quatro anos de muita luta e persistência. Para encarar todo esse processo primeiro agradeço a Deus, sinto que existe uma presença acima de mim, preciso agradecer a ele pela força e coragem.

O que falar dos meus pais?! Sem eles nada disso seria possível. Um agradecimento especial a minha mãe Neuza, que este ano, me mostrou novamente o quanto é guerreira. Obrigada por estar sempre ao meu lado, ouvindo minhas reclamações, conquistas e quando eu menos acreditava, você me dizia, Fabi o que é seu vai ser, confie em Deus.

Aos meus avós, tios, tias, primas, primos, enfim as pessoas que estiveram sempre em Santa Helena me apoiando de alguma forma ou de outra. Tia Nena, obrigada por fazer aquele chimarrão, por sentar ao meu lado na porta e me ouvir, rir e me aconselhar quando o barco parecia naufragar.

Aos meus colegas e amigos de sala, Ana, Bárbara, Elionay, Lu, Mariah, Naya, Rai, Tcheile, Ubi o meu grande agradecimento a vocês por estar lutando ao meu lado, em busca do melhor.

Tatiane, Tati, Tatizinha, várias são as formas carinhosas que eu gosto de te chamar. O que falar de você? Tati, durante estes quatro anos percebi que a amizade para ser verdadeira não precisa ser velha. Obrigada por estar comigo em todos os momentos mais importantes da minha vida, por me ouvir chorar, rir, reclamar, e você sempre ali com um conselho para ser dito me fazendo refletir e que no final fazia todo sentido. Jamais poderei lhe pagar por tudo que fez por mim, no entanto, tento lhe retribuir com minha amizade verdadeira, pura, porque encontrar uma amiga como você é raridade.

Márcia, minha grande amiga. De que forma te agradecer? Sinceramente não sei! Ter a sua amizade faz a minha vida mais feliz. Obrigada pelas ligações, mensagens, festas, ao ombro amigo quando a única saída para mim era o choro, e claro as boas e velhas risadas. Acredito que em uma frase posso dizer tudo sobre a nossa amizade: Independentemente da distância, sempre estarei ao seu lado, pois a nossa amizade é eterna!

Aos meus amig@s queridos, Douglas, Jean Jociel e Lubiane. Obrigada pela companhia nas festas, pelas risadas, pelo sagrado tererê e claro a pipoca. Brincadeiras a parte, vocês sempre tiveram uma grande paciência comigo quando eu acreditava que o mundo desabaria na minha cabeça me apoiando cada um do seu modo.

Cintia e Marcos agradeço pelas conversas, aos conselhos e por terem me propiciado conhecer melhor a Carolzinha. A Carol me ensinou nesse pouco tempo algo que a graduação jamais poderia me ensinar, sinto um grande amor por ela. Jamais esquecerei os momentos que passei com ela e das alegrias que ela me propiciou.

Geni, Inês e em especial a Marli, sempre serei grata a vocês pela força que me deram quando o desespero tomou conta, pelas risadas e pelos bons conselhos que recebi.

Esta pesquisa não seria completa sem a coleta de dados. Obrigada ao senhor Augusto, Pedro e Bernardo e a senhora Margarete que disponibilizaram do seu tempo para contar sobre as suas experiências.

Agradeço a todos os professores que estiveram presentes na minha formação acadêmica: Maria José, Marcos Ehrhardt, Marcos Barraca, Vagner, Germán, Fábio, Scheille, Terezinha, Osnir, Zen, Tania, Geni, Marcos Stein, Édina, Aparecida, Rinaldo, Claudia, Méri, Davi, Alexandre, Márcio, Danilo e todos os outros professores que não citei, mas que me auxiliaram muito com o seu conhecimento.

Um agradecimento especial é para a professora e minha orientadora a doutora Carla Silva. Neste um ano e meio de convivência percebi quanto ela é inspiradora, companheira e uma excelente professora e orientadora. Tamanha é a minha admiração por essa mulher que além de professora é guerreira, obrigada por me aconselhar quando passei por um dos momentos mais difíceis da minha vida, nunca vou esquecer o que me disse “ nunca podemos deixar de lutar”. Grande parte do meu conhecimento acadêmico adquirido foi pela sua orientação, agradeço a você, pela paciência de me ensinar e sempre esclarecer minhas dúvidas.

**Resumo:**

Este trabalho tem como objetivo discutir, analisar e pesquisar as resistências e as repressões que aconteceram em Santa Helena -PR- no processo de ditadura civil militar brasileira (1964-1985). Neste sentido foi necessário investigar o impacto da ditadura em Santa Helena, especialmente as formas de resistência e a consequente repressão instaurada identificando as distintas formas de resistência encontradas pela população local, não apenas à ditadura, mas também às suas consequências.

**Palavras chaves:** Ditadura civil militar, resistência, repressão, Santa Helena.

## SUMÁRIO

Introdução.....	7
Ditadura Civil Militar: Contexto, Propaganda e Memória .....	13
Santa Helena: Relações de repressão e resistência .....	25
Conclusão .....	41
Referências Bibliográficas .....	44

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa financiada pelo CNPq<sup>1</sup> que foi desenvolvida durante o ano de 2013 a 2014. A temática “Resistência e repressão na cidade de Santa Helena no período ditatorial” resultou da minha inquietação por ser moradora da cidade e nunca ter ouvido praticamente nada pelas pessoas que eu havia contato e nem pelas autoridades locais sobre a temática da ditadura.

Em conversa com a professora doutora Aparecida Darc de Souza, ela me indicou a professora doutora Carla Silva, que estava iniciando um projeto sobre a ditadura no oeste paranaense. Em conversa com a professora Carla Silva, que foi minha orientadora da pesquisa e deste trabalho de conclusão de curso, me integrou ao projeto de pesquisa História e Memória: ditadura e relações sociais. A primeira leitura indicada pela orientadora e que me fez ter um contato maior com a temática foi pelo livro de Aluizio Palmar<sup>2</sup> que trata sobre uma investigação feita pelo Aluizio, militante primeiramente do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro) e posteriormente da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e relata a chacina no Parque do Iguaçu que desencadeou a morte de seus companheiros da VPR sendo eles Onofre Pinto, Joel José de Carvalho, José Lavéchia, Victor Ramos, Daniel de Carvalho e o argentino Ernesto Ruggia. Palmar traça todo o trajeto de seus companheiros e neste sentido em busca pela verdade ele depara com outros elementos de resistência e repressão na região oeste.

Esses elementos que Palmar descreve em seu livro, dois fatos sobre a cidade de Santa Helena são mencionados e que aparecem neste trabalho de conclusão de curso. O primeiro é sobre a mobilização dos expropriados de Itaipu, que não estavam recebendo suas indenizações, ou em muitos casos não recebiam o valor justo das terras sendo alvo de manchetes de alguns jornais que no capítulo dois será apresentado, além de estar presente na pasta de documentação do DOPS. Outro ocorrido que o livro aborda é sobre a questão de terra em torno da Fazenda Mesquita, esta fazenda conhecida como a fazenda “das cabeças cortadas”. O depoimento cedido a mim e a documentação do DOPS me permitiram traçar e conhecer um pouco mais sobre os conflitos que aconteceram nesta fazenda. Com a parceria do dono da fazenda e da Polícia Militar

---

<sup>1</sup> Pesquisa de Iniciação Científica financiada pela CNPq.

<sup>2</sup> PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Travessa dos Editores, Curitiba, 2005



esses posseiros que ali viviam foram fortemente violentados tanto fisicamente quanto psicologicamente.

Quando se trabalha com o tema ditadura civil militar, é necessário levar em conta uma conjuntura, que antecede o golpe. A palavra chave que podemos utilizar para definir o golpe é organização. A organização é um aspecto complexo que carrega consigo nesse caso o convencimento e a repressão.

A partir da leitura feita do livro de Dreifuss<sup>3</sup>, percebemos que o autor primeiramente nos mostra elementos que antecederam o golpe, trazendo discussões sobre o populismo e o governo de JK. É a partir disso que podemos pensar de que forma a organização acaba resultando no convencimento da sociedade a partir de investimentos e discursos que se aprofundaram e tomaram grande força durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) com o plano de metas, além de grandes investimentos de multinacionais principalmente por parte dos Estados Unidos.

Segundo Poulantzas<sup>4</sup> o aparelho econômico de Estado é um foco privilegiado da fração monopolista que detém a hegemonia no centro do bloco do poder, não sendo uma obra do acaso, mas sim uma construção. A ditadura civil militar justificava o desenvolvimento do país a partir de construção das grandes obras faraônicas como a Itaipu Binacional e a rodovia Transamazônica, resultados de uma forte propaganda feita pelo governo militar, visando à construção do novo, superando a “velha sociedade” como Fico mostra:

“Se analisarmos algumas das principais campanhas da Aerp/ARP<sup>5</sup>, verificaremos as noções de “construção” e “transformação” do Brasil.[...] As ideias de “construção” e “transformação”, nesse contexto, estavam associados à de ruína: segundo os militares, ante a situação de completa decadência moral e material que o país experimentara, caberia precisamente

---

<sup>3</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado ação política poder e golpe de classe; RJ: Ed: Vozes. Ltda, 1981

<sup>4</sup> POULANTZAS, Nico. **O Estado o poder o socialismo**. Rio DE Janeiro; Edições Graal, 2º edição, 1985.

<sup>5</sup> Assessoria Especial de Relações Públicas, AERP durante o regime militar brasileiro, nos anos de 1968 a 1974. Fundada por Hernani d'Aguiar em 68, a assessoria foi o órgão responsável pelas produções das propagandas políticas do governo, a fim de trabalhar a imagem do regime junto à população. Retirado em [http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Pesquisa/pibic/publicacoes/2011/pdf/jor/paula\\_da\\_cunha.pdf](http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Pesquisa/pibic/publicacoes/2011/pdf/jor/paula_da_cunha.pdf)

a eles inaugurar um novo tempo, reconstruindo, em bases transformadas, o Brasil.”<sup>6</sup>

A AERP tinha como objetivo de atingir toda a população com suas propagandas políticas buscando motivar o amor a pátria e a coletividade. Além das propagandas políticas é importante ressaltar que o discurso político que visava o desenvolvimento do país esteve presente na conjuntura do governo militar.

Neste sentido, outro ponto importante a ser trabalhado é sobre o discurso. Nessa perspectiva, Eni Puccinelli Orlandi destaca que discutem a produção de discursos sobre determinado objeto:

“[...] do ponto de vista da análise do discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar protagonistas e o objeto do discurso.”<sup>7</sup>

O discurso está inserido em condições de produção que através de mecanismos situam o objeto e protagonista, vinculando o discurso. Ao analisar um discurso é necessária uma metodologia que visa analisar as unidades como palavras, períodos, compreendendo que essas unidades possuem especificidades lexical, semânticas, morfológicas e sintáticas. O texto analítico e o discurso possuem distinções como a forma que ele está organizado (gramática do texto), implicando em significados que introduzem sentidos.

Neste sentido essa pesquisa buscou problematizar de que maneira o discurso da cidade acolhedora, que gera o desenvolvimento principalmente pelos royalties recebidos da Itaipu Binacional que supostamente proporciona o bem estar de toda a população santa-helenense, mas que na verdade é distribuído de forma desigual, minimiza problemas que existem até hoje além de problemas que ocorreram durante os anos de 1964 a 1985 e que são ocultados; Para que essa reflexão fosse possível, neste trabalho buscamos dialogar com autores que trabalham com a memória

“Por outro lado, deve ter-se em conta a influência da história sobre a própria memória, já que não existe memória literal,

---

<sup>6</sup>FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**/Carlos Fico.- Rio de Janeiro: Ed Fundação Getulio Vargas. 1997; P 121.

<sup>7</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4º ed. Campinas, SP: Pontes, 2001

original e não contaminada: as recordações são constantemente elaboradas por uma memória inscrita no espaço público, submetidas aos modos de pensar coletivos, mas também influenciadas pelos paradigmas especializados da representação do passado.”<sup>8</sup>

Desta forma, abordarmos a memória presente em um processo, na qual ela foi transformada em uma utilização para atender interesses. Sabemos que o período da ditadura foi de anos duros, sendo que muitos sujeitos sofreram tanto fisicamente como psicologicamente resultando em efeitos na sua memória principalmente.

Para finalizar essa primeira parte, destacamos a importância e as dificuldades em desenvolver uma pesquisa sobre o período da ditadura civil militar em uma cidade pequena do interior do Paraná, mas que em nenhum momento esteve desvinculada da lógica do Estado, estando submissa à Doutrina de Segurança Nacional. Para tanto esse trabalho é uma forma de contribuir para que não seja esquecido o que aconteceu cinquenta anos atrás, que resultou em mortes, expropriações, tristezas, dores em pessoas que sofreram de diversas maneiras sob a justificativa de desenvolvimento, família e Deus.

Para a realização deste trabalho, as fontes utilizadas foram coleta de relatos, documentos e o jornal. Os documentos utilizados foram encontrados nos arquivos do DOPS e documentos que Gernote Kirinus<sup>9</sup> doou ao CEPEDAL. Inicialmente foram feitas as leituras indicadas pela orientadora sobre o tema, após foram realizadas nas pastas do Dops intitulada Santa Helena uma análise dos documentos. É importante destacar que foram encontradas duas pastas intituladas Santa Helena em que uma continha em torno de 12 páginas e a outra 69 páginas resultando em 81 páginas, vale ressaltar que não podemos tratar como 81 documentos pelo fato de alguns documentos terem mais que uma página. Outro elemento que deve ser levado em conta é que nem todas as pastas do Dops foram analisadas, sendo possível ter mais documentos relacionados à Santa Helena.

---

<sup>8</sup> TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar. História, memória e política**. Lisboa, 2005. Unipop. P, 37.

<sup>9</sup>Gernote Kirinus elegeu-se Deputado Estadual pelo MDB, sendo o último da Bancada de 24 Deputados eleitos na Assembléia Legislativa, em 1978, pelo oeste paranaense. Reelegeu-se em 1982, pela mesma região, através do PMDB, obtendo 28.911 votos. Foi 1º Secretário da Assembléia Legislativa. Recebeu da Imprensa paranaense o título de "Deputado do Ano" em 1983. Pela terceira vez consecutiva foi reeleito Deputado Estadual em 1986, com 19.683 votos, pela legenda do PMDB. Retirado em [http://www.alep.pr.gov.br/os\\_deputados/conheca\\_os\\_deputados/perfil/385-gernote-kirinus](http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/385-gernote-kirinus) .

A partir da análise da documentação do DOPS<sup>10</sup>, foi encontrado um documento que possibilitou a coleta do relato do senhor Augusto. Este documento nos levou a buscar pelo senhor Getúlio, no entanto nos encontramos com o senhor Augusto, morador da mesma localidade do senhor Getúlio, que cedeu uma entrevista relatando a presença do Exército na sua casa. Além da entrevista cedida pelo senhor Augusto, foram realizadas mais três entrevistas que possibilitaram pensar e problematizar as diversas maneiras de repressão na cidade. Uma dessas três entrevistas foram cedidas pelo casal Bernardo e Margarete, moradores da Linha Santa Cruz e que conheciam sobre a Fazenda Mesquita, localizada na Ponte Queimada. Pelo contato próximo do casal com a pesquisadora, antes mesmo de a pesquisa ser iniciada, já sabíamos do conhecimento do casal sobre a Fazenda. A entrevista cedida pelo senhor Pedro está relacionada com a prática da posse em que o INCRA cedeu o número e toda a documentação necessária para torna-lo proprietário da terra, em torno de cinco alqueires de terras.

O jornal “*Nosso Tempo*” utilizado nessa pesquisa foi à primeira fonte pesquisada, como meio de descobrir fatos sobre a cidade de Santa Helena<sup>11</sup>. A breve análise realizada no jornal foi desde a primeira edição em 1980 até 1989, sendo fichadas apenas as de interesse sobre a cidade de Santa Helena e de alguns casos de torturas realizadas em cidades próximas como Medianeira, São Miguel do Iguazu e Matelândia, pois quaisquer elementos presentes em outras cidades poderiam estar relacionados com a cidade de Santa Helena.

Nem sempre esses documentos se encontraram em perfeito estado pela questão do tempo, dificultando muitas vezes para a realização do trabalho. Os documentos foram uma importante fonte, pois a partir deles, foi possível coletar nomes que mais tarde resultaram em entrevistas. Importante ressaltar que grande parte dos nomes encontrados nos documentos são pessoas falecidas, ou que não se encontram mais na cidade, no entanto pessoas próximas puderam falar sobre as suas experiências durante o

---

<sup>10</sup> Departamento de Ordem Política e Social. Criado em 1924, utilizado durante o Estado Novo, mas principalmente no período da ditadura civil militar brasileiro de 1964. O órgão atuava de maneira para controlar e reprimir movimentos sociais e políticos contra o governo instaurado. Como metodologia foi utilizado um artigo de Maria Luiza Carneiro “Os arquivos da polícia política brasileira uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo”. Encontra-se disponível em [http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo\\_arquivos\\_policia\\_politica.pdf](http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf).

<sup>11</sup> As fontes citadas acima encontram-se detalhadas no capítulo número 2, sendo citados números de documentos utilizados, onde se encontram edição do jornal, além de trechos das entrevistas cedidas.

período ditatorial. O jornal “*Nosso Tempo*”, está disponível on line, sendo possível baixar todas as edições.

No decorrer desta pesquisa encontramos algumas dificuldades. Estas dificuldades relacionadas principalmente em relação às entrevistas e os documentos. Foram procuradas duas pessoas o Padre Gringo e o ex-prefeito nomeado Naudé Prates para ceder entrevistas sobre a sua trajetória durante as décadas de 1960/1970/1980, no entanto eles não se disponibilizaram para gravar seus relatos, apenas o Padre Gringo conversou de forma informal para explicar o porquê não cederia à entrevista. A dificuldade em se trabalhar com os documentos em grande medida está relacionada com o estado em que se encontram, pois muitos deles eram ilegíveis além de alguns não estarem completos.

Este trabalho está estruturado em dois capítulos, inicialmente foi feita uma breve discussão sobre o contexto da ditadura, o papel da propaganda na cidade de Santa Helena e as presentes memórias encontradas na cidade. O segundo capítulo apresenta a pesquisa realizada com os documentos cedidos por Gernote Kirinus que se encontram no CEPEDAL e do DOPS , além do jornal e das coletas de relatos. Estas fontes proporcionaram compreender que a cidade de Santa Helena presenciou o período da ditadura civil militar e que sofreu uma forte repressão que ocasionou nas resistências.

## Capítulo I

# DITADURA CIVIL MILITAR: CONTEXTO, PROPAGANDA E MEMÓRIA

O objetivo deste capítulo é apresentar o tema da pesquisa e os principais problemas de investigação. O capítulo está organizado em torno de três pontos: Contexto e conceitos sobre a ditadura, memória e propaganda sobre a cidade de Santa Helena. Para iniciar, discutiremos sobre o contexto da ditadura civil militar. O segundo momento está relacionado a uma propaganda feita pelo SEBRAE sobre a cidade de Santa Helena no ano de 2003 e posteriormente uma breve discussão sobre as presentes memórias, importante destacar que a discussão sobre memória será aprofundada no segundo capítulo deste trabalho.

### 1.1 Ditadura: contexto

A ditadura civil militar brasileira teve início com o golpe do dia 31 de março de 1964 se estendendo até 1985. É importante ressaltar, o processo anterior conhecido como crise do populismo. Este processo resultou de ações que ocorreram principalmente no governo de Juscelino Kubistchek (JK), deu uma maior abertura para a entrada das multinacionais, principalmente oriundas dos Estados Unidos (EUA), no Brasil. No entanto, o governo de Goulart assume uma postura reformista em que as classes subalternas tomam força na cobrança pela agilidade a partir das movimentações sociais que acaba desagradando uma fração da burguesia, causando assim uma forte pressão contra o governo de Goulart, tanto da massa quanto de uma fração da burguesia que defendia e visava os interesses das multinacionais, percebemos isso quando Dreiffus nos mostra que

“A maior parte dos investimentos no Brasil era feita por corporações americanas multinacionais de maior importância, organizadas localmente de acordo com a lei brasileira de modo a usufruir vantagens administrativas e tributárias”<sup>12</sup>

O investimento feito pelos Estados Unidos está na lógica do capitalismo. A partir de uma concepção gramsciana percebe-se que o poder das classes está organizado em suas formas militares civis. Sendo assim uma situação só é favorável para uma

---

<sup>12</sup>DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado; Ação política, poder e golpe de classe**. P: 57; Ed:Vozes LTDA; Petrópolis 1981.

fração da sociedade, esta dominante, a partir da existência de agentes do domínio do Estado. Ressaltamos aqui que a dominação vai além das armas, ela é efetivada também por meio do convencimento da sociedade em que acontece pela aceitação, com a utilização de métodos de propagandas, fazendo assim com que o Estado deixe de ser mediador entre o capital e trabalho. A acumulação e a anexação mundialmente possibilitaram não apenas a concentração da produção e centralização do capital, mas a concentração da produção do poder político corporativo.

Entre os anos de 1930 a 1964, o populismo no Brasil esteve articulado com uma política de industrialização capitalista, sendo dirigida pelo Estado burocrático. Com a crise do populismo segundo Boito<sup>13</sup>, uma fração industrial da burguesia batalhava pela industrialização no Brasil, à medida que a indústria avançava se fortalecia a burocracia de Estado. A burguesia exportadora ligada ao imperialismo norte americano se opôs à política econômica industrial que estava tomando força desde 1930.

As mudanças na divisão internacional do trabalho e a penetração na economia brasileira de multinacionais lideradas principalmente por americanos proporcionaram novos lugares e novas relações políticas e econômicas, tendo uma crescente concentração econômica, centralização do capital e uma forte interligação das multinacionais pela dependência tecnológica e financeira. Para que ocorresse a queda do populismo, muitas corporações financiavam campanhas, neste contexto, principalmente os complexos IPES e IBAD, reaparecem fortemente, com campanhas disseminando ideias anticomunistas.

“O IBAD sincronizou suas atividades às organizações paramilitares como o MAC- Movimento Anticomunista, o Movimento Democrático Brasileiro (não confundi-lo com o partido político homônimo criado em 1966), a OPAC – Organização Paranaense Anticomunista, e o CLMD – Cruzada Libertadora Militar Democrática [...]”<sup>14</sup>

Durante o período de 1961 a 1964, há uma forte movimentação social, além da forte presença dos complexos, e de intelectuais burgueses atuando. Com a institucionalização da ditadura brasileira em 1964, é imposta a Lei de Segurança

---

<sup>13</sup> BOITO, Armando Júnior. **O golpe de 1954: A burguesia contra o populismo**; Ed: Brasiliense, 1982; P:116 .

<sup>14</sup> DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado; Ação política, poder e golpe de classe**. Ed:Vozes LTDA; Petrópolis 1981; P: 103.

Nacional que justificava a ação repressiva do Estado em benefício da Nação. A Segurança Nacional influenciava em todos os aspectos da sociedade, tanto na política, econômica, cultural eram problemas de segurança. A estratégia da Segurança Nacional estava interligada a orientação, controle e vigiar as ações dos indivíduos sendo criada a imagem do inimigo interno, este inimigo internos inicialmente considerados simpatizantes do PTB e aos ideais das propostas reformistas do governo de João Goulart.

Neste contexto, é instaurado o Terror de Estado. Toda a população civil e grupos avaliados como “subversivos”, sendo considerados os subversivos aqueles que participavam da luta contra o regime imposto da ditadura civil militar, influenciados em grande medida pelas influências marxistas, compartilhando ideais comunistas, entretanto muitos considerados subversivos lutavam sem influências, mas apenas por quererem derrubar a ditadura, ou seja, foi um amplo espaço de lutas contra o sistema repressivo.

A ditadura instaurou formas de repressão a toda sociedade. Padrós<sup>15</sup> mostra que a Doutrina de Segurança Nacional possuía uma relação intrínseca subordinada a hegemonia do capital internacional possibilitando ao Estado, instaurar mecanismos que permitissem uma forte repressão perante a sociedade civil reproduzindo censura, violência, desaparecimentos, mortes, ocultamentos de pessoas que se posicionassem contra a ditadura. O Terror de Estado instaurado pela Doutrina de Segurança foi um meio ilegal e clandestino resultando em uma guerra contra os chamados inimigos internos da “Nação”, tornando a sociedade civil em agentes do próprio Estado com a implantação de aparelhos de segurança e de informações.

Com a instauração do AI-5, em 1968 o sistema ficou ainda mais repressivo, levando os militantes à opção da luta armada das guerrilhas. Essa política de Estado adotada na ditadura de terrorismo de Estado atuou além dos centros das grandes cidades.

## **1.2 PROPAGANDA**

A propaganda para os publicitários ou pessoas que atuam na área do marketing aparece da seguinte maneira “*a propaganda é a alma do negócio*”. A partir disso problematizo neste item qual a intenção do SEBRAE em fazer uma propaganda na revista *Veja* sobre a cidade de Santa Helena, enaltecendo a cidade.

---

<sup>15</sup> Padrós, Enrique . **América Latina , Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado**. História & Luta de Classes, Marechal Cândido Rondon, julho de 2007, p. 43-49.



A partir dos dados do IBGE, Santa Helena possui desde a última pesquisa realizada em 2013 em torno de 24.895 habitantes. Atualmente conhecida como “Terra das Águas”, título recebido a partir da formação da praia artificial quando a Usina de Itaipu abriu as comportas, alagando grande parte das terras do município. Em 2003 Santa Helena foi alvo de uma propaganda do SEBRAE na revista Veja, com o seguinte slogan:

*“Bem-vindo a Santa Helena  
Vencedora do prêmio SEBRAE  
“Prefeito empreendedor- Região Sul”<sup>16</sup>*

A propaganda se constitui em três páginas da revista (próxima página), iniciando com a imagem do Lago de Itaipu com a seguinte frase *“Você vai conhecer a terra das águas que está transbordando desenvolvimento”*. Percebemos em relação à cidade de Santa Helena que existe um grande jogo econômico posto a partir do turismo e do agronegócio ligado a uma classe social, que se apresenta hegemonicamente como portadora de serviços à cidade e organiza o local para atrair turistas. A grande problematização aqui posta é tentar compreender porque Santa Helena foi alvo de propaganda do SEBRAE em uma das revistas mais conhecidas do mundo<sup>17</sup>.

O turismo passa a ser uma das principais maneiras de divulgação da cidade a partir de práticas com a classe hegemônica da cidade, legitimando assim na construção de uma identidade do município. Na reportagem da Veja, o turismo aparece com uma foto de duas crianças deitadas na água da praia artificial, sorrindo induzindo o leitor acreditar que a cidade possui um grande número de turistas, resultando em uma segurança em relação ao balneário (limpeza, crianças a beira da água, tranquilidade, felicidade, entre outros).

Outro ponto que chama a atenção nesta reportagem está relacionado ao agronegócio. Para iniciar a fala sobre a questão da terra em Santa Helena é importante relembrar o processo que ocorreu principalmente na década de 1980, com a formação

---

<sup>16</sup> Veja edição 1799, nº 36, 23/04/2003)

<sup>17</sup> Becker Márcia; **Santa Helena e o turismo vivido**. Esta propaganda do SEBRAE na revista Veja, foi encontrada no trabalho de Becker. A autora trabalha apenas com o turismo e de que maneira ele acaba se auto afirmando como natural da cidade.

do Lago de Itaipu. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, Santa Helena teve grande parte das suas terras inundadas pelas águas do Lago de Itaipu. Em relação à inundação a revista apenas cita o seguinte

“Depois de perder parte de sua área territorial com a formação do lago de Itaipu, que levou à redução de sua população de 65 mil para 20 mil habitantes, Santa Helena, no Paraná, é hoje um exemplo de que é possível superar as dificuldades, gerando trabalho, renda e qualidade de vida para a população.”<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Revista Veja, edição 1799; anom 36- n° 16; P: 94; 23 de abril de 2003.



Figura 1; Revista Veja, edição 1799; anom 36- n° 16; P: 94; 23 de abril de 2003.

**Área rural como fonte de trabalho, renda e desenvolvimento**

Depois de perder parte de sua área territorial com a formação do lago de Itaipu, que levou à redução de sua população de 45 mil para 20 mil habitantes, Santa Helena, no Paraná, é hoje um exemplo de que é possível superar as dificuldades, gerando trabalho, renda e qualidade de vida para a população.

Num município situado em uma das regiões mais férteis do Brasil, com 55% da população trabalhando no campo, o foco da Prefeitura de Santa Helena foi direcionado para a produção agropecuária.

Com projetos como o Programa de Desenvolvimento Econômico do Município – Prodem, o Prefeito Silom Schmidt superou suas próprias metas e mereceu o Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor.



**Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor**

O Sebrae criou esse prêmio, em 2001, para reconhecer gestões municipais comprometidas com os pequenos negócios e com o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, e estimular os municípios a apoiar as micro e pequenas empresas. Todo ano, cinco prefeituras, uma de cada região brasileira, recebem, merecidamente, o prêmio. Eles ganham divulgação nacional e ainda têm o apoio do Sebrae para o fortalecimento de suas iniciativas.

## Bem-vindo a Santa Helena

Vencedora do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor - Região Sul

**Programa de Desenvolvimento Econômico Municipal Rural - PRODEM Rural**

Com a ajuda desse programa, os produtores tiveram acesso facilitado a recursos para investimentos diversos em suas propriedades: construções, obras de irrigação, compra de equipamentos, entre outros. Os resultados foram o aumento significativo da produtividade e da renda da população e uma série de programas para incentivar os pequenos produtores a investir em atividades mais rentáveis.

**PROAVES**  
A implantação do programa proporcionou aos pequenos produtores a construção de 106 aviários desde 2001, e já planejam a construção de outros 44. A produção é toda absorvida por cooperativas da região, que prestam assistência técnica desde o início do projeto até a hora da escolha das aves para o abate.

**PROPEIXE** – A piscicultura oferece grandes ganhos. Os produtores receberam orientação para aproveitar as muitas nascentes da região, propícias para a construção de tanques de peixes. Hoje, o desenvolvimento é tanto que parece até história de pescador.

**PROSUÍNOS** - Determinados a aumentar a produtividade e a qualidade dos seus produtos, os criadores de suínos de Santa Helena se reuniram e montaram uma cooperativa apoiada pelo Prosuínos. Hoje, com uma melhor infra-estrutura para criação, eles fornecem carne para grandes empresas como a Perdigão, a Sadia e a Chapeco.

**O Sebrae pode ser um grande parceiro da Prefeitura da sua cidade**

Disseminar o empreendedorismo, incentivar e apoiar os pequenos negócios é o caminho certo para gerar trabalho e renda e melhorar a qualidade de vida da população. Este ano, o Prefeito Silom Schmidt foi o grande vencedor na Região Sul por suas ações. Mas isso pode ser feito por todo Prefeito que tenha iniciativa e aposte no potencial dos pequenos negócios. O Sebrae oferece toda a orientação necessária para que iniciativas como essas também sejam um sucesso em sua cidade.

**Municipais finalistas da Região Sul**

Os cinco finalistas com ações mais significativas em favor das micro e pequenas empresas na Região Sul foram:

FLORIANÓPOLIS – SC  
TRÊS PASSOS – RS  
SANTA HELENA – PR  
PRES. GETÚLIO – SC  
SEARA – SC

**Os grandes vencedores em 2002**

Região Norte  
XAPURI – AC

Região Nordeste  
MARACÁS – BA

Região Sudeste  
CAMPOS VERDES – GO

Região Sul  
OSVALDO CRUZ – SP

Região Sul  
SANTA HELENA – PR

Silom Schmidt  
Prefeito de Santa Helena - PR





Parceiro dos brasileiros  
WWW.SEBRAE.CNP.BR

Figura 2: Revista Veja, edição 1799; anom 36- n° 16; P:93 ,94, 95; 23 de abril de 2003.

Neste sentido, se percebe que a revista não tem preocupação em retratar para quem não conhece a cidade de Santa Helena um contexto mais ampliado, sobre a cidade. A propaganda retrata que Santa Helena não tem mais dificuldades, neutralizando problemas que a cidade possui, como pobreza, precarização nas moradias entre outros. Porém não descarta que já houve dificuldades, a qual apresentada apenas pela diminuição de habitantes, não relatando os reais motivos das dificuldades ligadas não apenas a inundação das terras férteis da cidade, a qual Itaipu não pagou para muitos o valor correto, ou em muitos casos, os sujeitos nunca receberam por suas terras alagadas, obrigando-os a saírem da cidade, além dos conflitos de terras, entre fazendeiros e posseiros e de perseguições do aparelho repressivo ditatorial que ocorreram entre 1964 a 1985.

Outro ponto fundamental para ser analisado nesta propaganda são as imagens de sucesso de agricultores, suinocultores, pescadores. O SEBRAE representa a cidade de Santa Helena como um pólo de riquezas, designando-a como uma cidade do progresso.

As fotos que mais chamam a atenção na reportagem são as colheitadeiras, crianças na praia e a criação de frangos e porcos, impulsionados pela política adotada do prefeito que estava atuando na cidade Silom Schmidt do Partido Progressista, de incentivar o desenvolvimento do município.

Nesta reportagem o SEBRAE justifica porque criou esse prêmio de prefeito empreendedor. Tal projeto relacionado ao comprometimento da gestão municipal com os pequenos negócios, incentivando assim as pequenas empresas. Isso passa a ser problemático, pois o SEBRAE incentiva empresas e não pequenos agricultores que necessitam de ajuda, amenizando novamente os problemas da cidade, como já mencionados. Silva<sup>19</sup> nos mostra em seu trabalho de que maneira *Veja* atua importante destacar que foi uma propaganda paga pelo SEBRAE para ser divulgada na revista *Veja*, mas que de todo modo é importante pensar a relação entre SEBRAE e *Veja* em querer divulgar uma propaganda de uma pequena cidade, localizada no interior do Paraná

“ [...] Está claro o sentido de “responsabilidade social”, como práticas das estratégias de *Veja*. Ela se utiliza de uma vaga noção de sociedade que não apenas se justificaria mas desejaria dela uma ação pedagógica ( que é sempre uma forma de ocultar sua ação partidária). E a isso se agrega a função de “quarto poder”, pois diz estar “vigilando”, expressão do panóptico olho que tudo vê. Uma forma de tornar mais clara a ambiguidade intencional dessa sociedade à qual representa, é observando a manipulação da noção de “opinião pública” de forma genérica.”<sup>20</sup>

*Veja* se apresenta como sendo um meio midiático neutro. No entanto, é problemático aceitar que *Veja* é neutra, pois ela oculta o seu projeto que defende, justamente para passar ao interlocutor a imagem de que a revista atende a todos, com um caráter de se prestar a serviço da sociedade brasileira, sempre se justificando como sendo o resultado de interesses públicos. Estes meios de comunicação difundem opiniões planejadas e complexas, se caracterizando segundo Gramsci como aparelhos privados de hegemonia. A propaganda que o SEBRAE fez e divulgou na *Veja* propiciou que se enraizasse ainda mais o discurso de Santa Helena como uma cidade turística e empreendedora

“Santa Helena, no Paraná, é hoje um exemplo de que é possível superar as dificuldades, gerando trabalho, renda e qualidade de vida para a população. Num município situado em uma das regiões mais férteis do Brasil, com 55% da população

---

<sup>19</sup> SILVA, Carla. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Niterói, 2005.

<sup>20</sup> SILVA, Carla. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Niterói, 2005. P; 109.

trabalhando no campo, o foco da Prefeitura de Santa Helena foi direcionado para a produção agropecuária.”<sup>21</sup>

A reportagem apresentada pela *Veja* sobre Santa Helena, assim como a sua atuação perante outros assuntos em que ela aborda, sempre está vinculada ao ideal da globalização, justificando o neoliberalismo, naturalizando as práticas em torno do capital.

A ditadura civil militar foi um período de realizações das grandes construções faraônicas, o chamado milagre econômico. A Transamazônica e a Itaipu Binacional foram dois projetos realizados e construídos neste momento, pautados na ideologia do nacionalismo. A Itaipu Binacional em especial foi construída sob o escudo de transformar o Brasil em uma grande potência, além do desenvolvimento econômico. Rautenberg nos mostra que

“Além de ser reflexo de uma política de potência e desenvolvimento nacional, Itaipu foi politicamente caracterizada dentro do contexto nacional e internacional na estratégia da Escola Superior de Guerra, centrado na Doutrina de Segurança Nacional, que justificava a imposição do sistema de controle e dominação e que estabeleceu o binômio “Segurança e Desenvolvimento” com a base governamental do regime”<sup>22</sup>

Diante disso, Itaipu não foi meramente um investimento econômico, mas também, uma estratégia de controle de entrada e saída de pessoas do país. Importante destacar que a ditadura civil militar brasileira não esteve apenas atuando dentro do país, mas em conjunto com outros países, causando grandes impactos na fronteira: Argentina, Brasil e Paraguai, no que diz respeito à repressão.

Em relação a Lei de 68 Marla<sup>23</sup> em seu trabalho analisa as redes de solidariedade e resistência na fronteira do Rio Grande do Sul e Uruguai examinando formulações de políticas e práticas específicas mostra em seu trabalho que

“Ainda em relação ao monitoramento e perseguição ao denominado inimigo interno, é válido destacar que estes não se restringiram ao território dos Estados em questão. Isso porque, mesmo quando os opositores se refugiavam em outros países, continuavam, supostamente conspirando e ameaçando a ordem estabelecida. Logo, diante de tal situação, era necessário, segundo a leitura que se fazia, continuar o combate ao mesmo.

---

<sup>21</sup> IDEM<sup>3</sup>

<sup>22</sup> RAUTENBERG, Edina. **A revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978)**; Dissertação Marechal Cândido Rondon, 2011 ; P 422 .

Para tanto, as fronteiras políticas não poderiam representar um entrave. Além do mais, via de regra, não se distinguia entre o que era política interna e o que dizia respeito à política externa, conforme assinalado no aludido manual da ESG<sup>24</sup>.

Antes de tudo cabe salientar, que a ditadura organizou estratégias, sendo uma delas geopolíticas, na qual as fronteiras passam a ser consideradas áreas de Segurança Nacional. Santa Helena foi ponderada uma área de Segurança Nacional, pois foi avaliada pelo centro de Espionagem da Itaipu conhecida como AESI<sup>25</sup>. O Cone Sul durante os anos de 1960 a 1970 estava vivendo um período de ditaduras civis-militares possibilitando criar estratégias maiores de controle contra os “subversivos”, aprimorando seus aparelhos de informações repressivos, principalmente nas áreas de fronteiras, nesse caso Argentina e Paraguai.

### 1.3 Conflitos de memória

O município de Santa Helena, a partir das autoridades locais e meios de comunicação difunde um discurso de uma bela cidade, acolhedora, resultando assim em uma propaganda principalmente em torno do turismo. Este turismo só se tornou possível segundo as entidades locais, pela formação do Lago de Itaipu durante a década de 1970 e 1980. No entanto, essas entidades ocultaram lutas que aconteceram na cidade principalmente contra a Itaipu para que não ocorresse a inundação de terras férteis e que se pagassem o justo valor pelas terras alagadas. Além de lutas contra a Itaipu, ocorreram outros movimentos de resistência, contra grandes proprietários de terras, que utilizavam da violência a partir de jagunços/pistoleiros juntamente com os policiais contra posseiros. Este episódio será discutido no próximo capítulo.

Santa Helena é considerada uma cidade estável, tranquila, porém encobre uma história de resistência, perseguições, repressão, exercidos no período ditatorial brasileiro. A partir das análises das fontes utilizadas neste trabalho, percebemos a contradição da fala de grande parte da população santa-helenense que não menciona o que aconteceu na cidade, qual o motivo de ocultar tal passado?

---

<sup>24</sup> ASSUMPÇÃO, Marla. **A fronteira geminada de Santana do Livramento- Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em Áreas de Interesse da Segurança Nacional (1964-1973)**. P; 78.

<sup>25</sup> AESI- Assessoria Especial de Informação da Usina de Itaipu foi constituída desde a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973.

Perante este silêncio sobre o passado um elemento importante a ser analisado é a memória. Atualmente quando falamos sobre a ditadura civil militar brasileira, ouvimos várias versões. O silêncio é um elemento importante para ser trabalhado sobre o período da ditadura, pois é importante compreender que a memória é um campo conflituoso, complexo, coletivo possuindo representações do passado e que passa por transformações a partir da experiência de cada sujeito, resultando muitas vezes no silêncio.

A memória é uma construção filtrada por conhecimentos que são adquiridos por uma reflexão posterior a partir de experiências que se alteram e sobrepõe a recordação. Desta maneira o historiador quando trabalha com a memória, ele se submete a um contexto condicionado, nacional, cultural e social, não deixando de lado as influências de recordações pessoais, e de um saber transmitido do grupo/indivíduo. Frente a isso, a tarefa do historiador incide mais na inscrição dessa singularidade da experiência vivida num contexto histórico global, tentando responder às causas, condições, às estruturas, à dinâmica de conjunto.

A escrita da história, só se torna possível a partir de um olhar crítico do historiador que interage com diversas memórias interligadas no espaço público. Desta forma, a memória acaba interagindo a outras formas de recordações e interpretações do passado, resultando a saída do silêncio, reformulando uma nova versão do passado.

Josefina Cuesta em seu livro “*La odisea de la memoria*”<sup>26</sup> retrata a história da memória na Espanha, estruturando a memória como objeto histórico, reiterando a necessidade de se escrever a história da memória. A autora nos mostra que o século XX foi marcado por grandes conflitos, estes que resultaram em uma memória, interligada em muitos casos ao silêncio. Independentemente se for memória familiar ou uma memória política ela é considerada uma fonte para nós historiadores, porém é necessário que não se confunda memória individual com memória coletiva.

Cada sujeito/grupo tem sua própria identidade que resulta em uma memória que recorda, questiona, resultando muitas vezes o silêncio, esquecimentos e o resgate. Neste sentido percebemos a pluralidade da memória, sendo um vasto campo de investigação e indagação, que é interligada muitas vezes ao Estado, sendo uma memória

---

<sup>26</sup>Cuesta, Josefina. **La odisea de la memoria. Historia de la memoria en España siglo XX**, Alianza Editorial, Madrid, 2008, 496 págs.



institucionalizada. Entretanto essa busca pela justiça carrega um histórico grande de cicatrizes as quais muitas delas ainda permanecem fortemente na memória de diversos sujeitos. Neste sentido é importante investigar de que maneira cada sujeito interpreta a trajetória vivida na ditadura, resultando assim em assumir uma postura sobre o acontecido<sup>27</sup>.

Para finalizar percebemos em Santa Helena várias memórias, recordações e posições diferentes perante um mesmo fato. Desta maneira é importante considerar que a sociedade não é homogênea e que cada sujeito atribui um valor a um acontecido a partir das condições materiais em que ele se encontra.

---

<sup>27</sup> O capítulo 2 deste trabalho apresenta em especial quatro casos de pessoas que interpretam a ditadura de forma diferente, possibilitando assim compreender que os sujeitos têm uma postura e uma interpretação sobre o que aconteceu no período ditatorial.

## CAPÍTULO II

### SANTA HELENA: RELAÇÕES DE REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NO PERÍODO DITATORIAL

Este capítulo traz como proposta discutir e problematizar a resistência e repressão na cidade de Santa Helena durante o período da ditadura civil militar que ocorreu entre os anos de 1964 a 1985 no Brasil. Para a realização deste é importante levar em consideração que grande parte dos moradores relata não ter vivido ou não se lembrarem desse período, poucos são os casos que dizem ter presenciado a ditadura civil militar em Santa Helena. Desta maneira me propus a pesquisar a repressão e a resistência em Santa Helena pouco mencionada na cidade e que trouxe um grande incomodo por ser moradora da cidade.

Para a realização desta pesquisa inicialmente foi feita uma breve consulta nos documentos que estão no site Documentos Revelados de Aluizio Palmar<sup>28</sup>. Muitos destes documentos encontrei nos arquivos do DOPS, além de serem fichadas notícias relacionadas a cidade de Santa Helena e da região das edições da primeira fase do Jornal Nosso Tempo<sup>29</sup> editado em Foz do Iguaçu de Juvêncio Mazzarollo. Tal jornal de esquerda/progressista divulgava notícias sobre o que estava ocorrendo principalmente no Oeste paranaense durante a década de 1980 até 1989, além de estar inserido no período da anistia. O objetivo em relação à análise deste jornal era de encontrar alguma notícia relacionada à Santa Helena, desde conflitos até notícias enaltecendo a cidade, porém encontrar estas notícias não foi fácil, muito pelo contrário, eram poucas edições que mencionavam sobre Santa Helena. Uma edição que merece destaque é a de número 369 de agosto de 1989, na qual o tema do jornal <sup>30</sup>era “Itaipu paga dívida social com a região” relatando o problema que Santa Helena havia sofrido em relação à formação do Lago de Itaipu, e que apenas nesse momento Itaipu iria pagar sua dívida social com a população santa-helenense, distribuindo areia para a praia artificial, além da construção de uma ponte, mas o posicionamento do jornal perante esse assunto era que Itaipu havia causado muitos transtornos à população de Santa Helena.

---

<sup>28</sup>Espaço de referência histórica com disponibilidade de acervos documentais. <http://www.documentosrevelados.com.br/>

<sup>29</sup>[www.nossotempodigital.com.br](http://www.nossotempodigital.com.br)

<sup>30</sup> Jornal Nosso Tempo. Número 369,p;10-11 ;agosto, 1989.

Além disso, foi transcrito um trecho de uma entrevista cedida por Aluizio Palmar realizada pelo Projeto “História e Memória: ditadura e relações sociais”, na qual em determinado momento Aluizio menciona sobre Santa Helena, dizendo que a cidade não seria um bom local de guerrilha, pois neste solo havia muitos informantes, a área seria militarmente ocupada assim que o grupo dele fosse descoberto, a base morreria lá, sendo torturados, presos e mortos, ou seja, seria um desastre.

A partir da fala de Aluizio percebemos que Santa Helena, era uma área considerada perigosa aos militantes por ser fortemente militarizada por ser uma área de fronteira e isso acabaria em um resultado negativo para os militantes, caso fossem fazer suas ações em Santa Helena. Além dessa pesquisa feita em site e jornais, e documentos do DOPS foi realizada também a coleta de relatos de sujeitos que vivenciaram de diferentes maneiras o período ditatorial no município.

Com a análise de documentos do DOPS e da AESI<sup>31</sup>, que tinham como objetivo controlar a entrada e saída dos estrangeiros, além de trabalhadores e contratados da Itaipu, no documento N° 005/85 que Santa Helena era avaliada como um campo que precisava ser fortemente militarizado, pois foi uma área considerada pelo conselho nacional de segurança propícia a conflitos e à movimentos que perturbariam a Ordem do Estado e do País.

Compreendemos desta forma que a população de Santa Helena não viveu o período da ditadura civil-militar tranquilamente, muito pelo contrário, houve resistência por parte das pessoas que vivenciaram tais tensões, no contexto do processo de ditadura militar. Assim, sabiam que aquela forma de governo instalada era altamente repressiva, tendo como justificativa a almejada sociedade ordeira e progressista.

No entanto é contraditório quando ouvimos o discurso da cidade em relação a não violência do período o que acaba implicando em uma memória de esquecimento, pois muitos sujeitos preferem esquecer esse momento ou enterrar, e para tanto é importante questionar o porquê de tal atitude. A memória remete à experiência do sujeito e quando narrada atribui um valor, a subjetividade aparece em sua fala, gestos, além de que, esta experiência vivida faz uma ligação entre o presente e passado, permitindo novos entendimentos sobre o momento.

Desta maneira utilizamos Enzo Traverso, que trabalha com a questão da memória na qual ele indica.

---

<sup>31</sup> AESI- Assessoria Especial de Informação da Usina de Itaipu foi constituída desde a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973. N° 005/85.

“A história, da mesma forma que a memória, não tem apenas as suas falhas; pode também desenvolver-se e encontrar a sua razão de ser no desaparecimento de outras histórias e na negação de outras memórias.”<sup>32</sup>

Enzo Traverso nos mostra que a memória não está ligada apenas ao esquecimento, mas sim contra um regime político que nega e encobre crimes do passado no presente. Desta forma, abordamos a memória presente em um processo, na qual ela foi transformada em uma utilização para atender determinados interesses.

Sabemos que o período da ditadura foi marcado pela violência, esta que muitos sujeitos sofreram fisicamente, mas que resultou em danos psicológicos, motivos que por vezes fazem com que diversos sujeitos preferiam negar, “esquecer” o que viveram. No caso de Santa Helena, como já mencionado grande parte da população prefere não falar sobre o que presenciaram durante os anos de chumbo, quando indagados, muitos destes apenas apresentam uma fisionomia no rosto de que é melhor não falar sobre este período. Mas é importante considerar que a memória é mutável, ela está em constante movimento, pois ela está inserida em um espaço de conflito desempenhando desta maneira um papel que possui representações a cada indivíduo e que se modifica muitas vezes com o passar do tempo, possibilitando a surgir novas falas, interpretações sobre o passado.

A partir dessas leituras, a pesquisa começou a tomar forma, ou seja, o caminho na qual ela estava se dirigindo estava começado a ficar traçado. Fazendo uma análise da documentação do DOPS, percebi que a região oeste do Paraná, principalmente Santa Helena nunca foi um local tranquilo, e que sim ela representava uma ameaça perante os “olhos” do Estado, tal ameaça ligada aos considerados subversivos, e também por fazer parte da fronteira com o Paraguai o controle por parte do Estado era maior considerando desta maneira como uma Área de Segurança Nacional.

Desta maneira, as fontes mostraram o que grande parte da população santa-helenense, diz não ter presenciado, que foi as repressões e as resistências, estas não separadas as relações de poder, que resultaram/resultam em ações que desencadeiam nas práticas da sociedade, como o silêncio e o ocultamento por exemplo, porém nem todos os indivíduos permanecem no silêncio sobre o período de 1964 a 1985.

---

<sup>32</sup> TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar. História, memória e política.** La fabrique, 2005. Unipop. P, 36

Neste sentido, serão apresentados três relatos de moradores de Santa Helena que presenciaram de maneira diferente a ditadura civil militar brasileira. Inicialmente trago o caso do senhor Augusto<sup>33</sup>, morador da Linha Pacuri, localizada no distrito de Moreninha pertencente à Santa Helena. Augusto, foi um capataz de uma fazenda localizada na Linha Pacuri, chegamos a esse senhor, devido à análise da documentação do DOPS. A documentação do DOPS mostrou um caso de extrema importância para essa pesquisa, o caso é referente à extorsão policial cometida a pequenos agricultores, deste modo, destacamos o caso do Senhor Getúlio Soares. Este senhor era um pequeno agricultor que sofreu extorsão policial pelo delegado Osvaldo Pacheco que sob armas foi obrigado a assinar uma promissória passando sua terra para o delegado e que depois do ocorrido foi obrigado a se esconder.

Como nos mostra o documento que foi coletado por parte do DOPS em um jornal chamado Diário Popular, e anexado na Secretária de Estado da Segurança Pública, no departamento da Polícia Civil, na Divisão de Segurança e Informações pasta de número 005015 pertencente à Santa Helena (976247 A.71), do estado do Paraná tal anexo do dia 07/10/1981, na pasta de Santa Helena. Este caso foi denunciado pelo então deputado estadual Gernote Kirinus, a quem Getúlio procurou para fazer a denúncia. Segundo Kirinus<sup>34</sup> o então delegado Osvaldo Pacheco tinha informantes da Itaipu que lhe entregavam informações sobre quem havia recebido indenizações da Itaipu Binacional devido à inundação das terras oriundas da formação do Lago de Itaipu.

Osvaldo Pacheco procurava em seus inquéritos pessoas que haviam sido fichadas por brigas em bailes ou por outros motivos, mas que tais sujeitos não haviam sido detidos, pois o caso não era de tamanha extremidade. Com isso Pacheco chegava na casa dessas pessoas e ameaçava de levá-los para a delegacia, o que de fato ocorria, no entanto quando chegavam na delegacia Pacheco os ameaçavam de deixá-los presos, para que isso não acontecesse os agricultores poderiam passar as indenizações que receberam para ele para que assim não houvesse nenhum inquérito, ou seja Pacheco utilizava da prática da violência, tanto física como psicológica para se beneficiar além de cometer práticas corruptas de sumir com os inquéritos. Porém neste caso Pacheco não levou sempre vantagens, algumas circunstâncias, Getúlio como já mencionado

---

<sup>33</sup> Augusto, pseudônimo utilizado pela acadêmica Fabiana Stahl Chaparini. Entrevista realizada em Santa Helena o dia 16 de fevereiro de 2014.

<sup>34</sup> Entrevista realizada em 2014 pela professora doutora Carla Silva e a acadêmica Fabiana Stahl Chaparini disponível no LPEP em Marechal Cândido Rondon.

procurou Kirinus que tinha uma grande atuação na região oeste principalmente em torno das áreas atingidas pelo Lago de Itaipu e Getúlio foi levado para Curitiba para ficar por um período, pois havia recebido muitas ameaças, fazendo-o assim permanecer escondido por um período.

Em busca de encontrar algum contato com o senhor Getúlio Soares, encontramos o senhor Augusto, como já mencionado morador do mesmo local do senhor Getúlio Soares. Em uma conversa informal, pedi a ele se conhecia Getúlio, ele respondeu que não havia chegado a saber que este senhor fosse morador da Linha Pacuri. A partir disso, o senhor Augusto me contou sobre a sua história, como veio morar no município de Santa Helena e quais os motivos de escolher Santa Helena. Nesta conversa informal, mencionou que é cearense e que veio do Norte do Paraná primeiramente à Palotina e depois para Santa Helena. Em certo momento da conversa, ele mencionou que havia presenciado a ditadura civil-militar de perto, e desta maneira perguntei de que forma. Ele presenciou a ditadura, quando foi intimado a comparecer no batalhão do Exército em Foz do Iguaçu para conversar com o coronel. Esta história começou da seguinte maneira, o senhor Augusto estava vindo para sua casa quando foi parado por um sargento conhecido como sargento Flores, que já lhe esperava e perguntou a Augusto se ele era o cearense, Augusto desconfiado que pudesse ter acontecido um engano por ele ser cearense disse que sim ele era cearense (migrante do Ceará), mas não o “cearense”. O tenente pede então para que o leve na sua casa e lá vasculham a casa levando duas armas do senhor Augusto, dizendo a ele que na sexta feira seria necessário ele comparecer no batalhão do Exército para conversar com o coronel. O senhor Augusto se deslocou até Foz do Iguaçu e encontrou o sargento Flores e disse que ele veio assim como foi ordenado, mas o sargento disse que não era mais necessário porque quem eles procuravam já havia sido encontrado. Neste tempo o coronel passa e o senhor Augusto conversa com ele, por que se sentiu honrado de ser intimado para conversar com o coronel, e nisso ele pede ao coronel para que eles devolvam as armas dele, pois ele precisava devido aquele tempo ter muitos jagunços e até mesmo por ele ser capataz da fazenda. O coronel devolveu suas armas, e para Augusto isso foi um ato que fez com que ele admirasse mais ainda a “ordem” que a ditadura estava impondo.

**Pesquisadora:** Em uma conversa anterior, o senhor falou que o senhor foi intimado pelo exército!

**Augusto:** Sim, e fui intimado sim tava trabalhando veio o exército e chegou em casa e procurou, a mulher falou que eu tava na roça e daí, falaram pra muié que avisa, ela falou que não, não vou, ai eu vi que eles tavam no terreiro da casa, eu tava lá do outro lado, ai vim, dai quando cheguei eles tavam embarcando pra ir embora. Dai eu dei sinal que tava chegando, ai eles pularam do jipão, e me arrodaram por trás da casa e me esperaram, lá tinha um banhadinho, e tinha um toco de coqueiro que eu derrubei pra fazer a pinguela pra passar dentro da água. Aí eu passei em cima da pinguela e eu tinha um facão e eles já tavam ali, e enfiei o facão no chão e fui falar com eles. Ai chegou e perguntou: Você que é o cearense? Eu falei doutor, dai eu falei quem é o senhor? Eu sou o tenente Flores (inaudível). Eu falei tenente Flores eu sou cearense, mas não sou o cearense. Como? Não, por que quem sabe você tá procurando (inaudível), um barra pesada por aí e o senhor tá enganado procurando errado, talvez não seja eu. Ai não, é você mesmo, ai eu se sou eu to as suas ordens. Ai ele foi conversando e eu nem sabia de nada, conversando e trazendo em direção a porta da frente, e chegou no poste da frente e viu uma espingarda apendurada e perguntou, essa espingarda tua tem registro? Eu disse que não tem não, busca ela pra mim ai busquei a espingarda pra ele, dei a espingarda dei pra ele, ele não soube escanhotar a espingarda, espingarda escanhotava diferente, não era que nem essas outras que aperta de um lado e escanhotava (inaudível) aquelas não, escanhotava pelo gatilho e empurrava o gatilho pra frente e escanhotava ai eu pedi licença pra ele e me deu a espingarda e escanhotei nem queria o cartucho e dei pra ele tirou o cartucho e botou no bolso e pegou a espingarda e deu pro um cabo e queria saber e chegou perto e falou pra mim você tem outra espingarda, você tem outra arminhaai? E digo tenho então busca lá era um revólver 32, fui lá e peguei o revólver e tirei as bala e trouxe pra ele, pegou e olhou o revólver.

Neste relato percebemos a presença do exército no interior de Santa Helena. As investigações não estavam apenas na própria cidade, mas também nos interiores da cidade, nas localidades pequenas, na qual grande parte da paisagem ainda era coberta pelo mato, um local propício a ter “esconderijos” para os sujeitos que eram perseguidos pelo Terrorismo de Estado.

No trecho seguinte da entrevista, o senhor Augusto relata a intimação e reação perante o tenente Flores sobre a sua ida até o quartel em Foz do Iguaçu, fronteira com Paraguai e Argentina.

**Augusto:** E falou pra mim, óia na quinta feira você compareça no batalhão lá do exército, que o coroné que falar com você. Eu dei risada, ai ele num gostou e me repreendeu, não eu to falando a verdade, falei pra ir. Não tenente eu to dando risada, por que

de felicidade, por que eu nunca falei com o tenente to falando hoje to contente agora vou falar com o coroné eu to dando risada nunca falei com o coroné.

**Pesquisadora:** Pesquisadora: Que ano foi isso, o senhor lembra?

**Augusto:** Óia, não lembro mas foi logo na ditadura, foi dentro da ditadura.

Em outro momento da entrevista, perguntei ao senhor Augusto de que maneira o exército agia na cidade de Santa Helena.

**Augusto:** Eles agiam correto, eu pra mim não achei nada de mal não dentro do exército não.

**Pesquisadora:** Por que?

**Augusto:** Porque vinha ali me prender, como eu compareci eles não me prenderam, ele me falou, seu eu tivesse em casa ele tinha me algemado já tinham levado por que eles procuravam um cearense meio bandido que vivia junto com a polícia e que tinha matado um lá na Foz, ai o cearense que o que ele encontrou por aqui, que era conhecido era só eu os outros era com profissão ignorada né?!

Augusto em sua fala possui incorporações difundidas pela classe dominante que as autoridades neste caso a polícia e o exército só prendem, algemam uma pessoa quando praticam um crime. No entanto este discurso possui contradições, pois as autoridades não atendem a população carente. Neste momento é importante destacar quem era considerado pelas autoridades o inimigo da nação, concepção adotada e difundida pelo Estado, que seriam todos os sujeitos da sociedade, porém quem era o principal suspeito era a classe dominada, marginalizada por essa elite. Embora Augusto não se veja como um suspeito para o exército, pois ele compareceu ao quartel quando intimado, e esse ato ligado ao seu caráter e honestidade, em sua própria fala percebemos que houve sim abuso de autoridade, repressão ao senhor Augusto e sua família, quando ele afirma que o tenente Flores iria prendê-lo caso estivesse em casa.

Outra entrevista que chama atenção é do senhor Pedro<sup>35</sup>, morador de Linha Navegantes, interior de Santa Helena. Pedro um jovem que chega com seus pais e irmãos e posteriormente conhece sua esposa Ana no Paraná é um pequeno proprietário

---

<sup>35</sup> Entrevista realizada pela acadêmica Fabiana Stahl Chaparini em Santa Helena em 23 de fevereiro de 2014. Pedro, pseudônimo utilizado pela acadêmica.



de terra, migrante do Rio Grande do Sul, chega com a sua família ao Paraná a partir de uma propaganda feita no Rio Grande do Sul, que no oeste paranaense havia o “queijo de ouro”<sup>36</sup>. Sua chegada foi em 1964. O senhor Pedro recebeu ameaças de jagunços (pistoleiros) que foram até a sua propriedade, dizendo que aquelas terras não eram dele, mas sim de outros donos, os quais o senhor Pedro não conhecia, apenas acreditava que aqueles jagunços estavam a mando de um poderoso fazendeiro. Pedro falou que daquelas terras ele não se retiraria, pois aquela propriedade era dele, e ele tinha como provar, pois havia o número e a documentação do INCRA. Após aquele ocorrido, não houve mais a presença de jagunços na sua colônia.

“Aqui a gente sabe de bastante história assim que o povo comenta né, sobre os jagunços. Quando nós tava derrubando o mato aqui, por que aqui era tudo mato, quando a gente chegou, nós ganhamos o número do INCRA, legalizando a nossa terra, ai veio uns jagunços ai e falaram pra nós sai daqui por que essas terras não eram nossas, mas dai falei que essas terras aqui eram minhas, por que eu tinha como provar, eu tinha o número do INCRA, ai depois nunca mais eles vieram. Nesse tempo tinha bastante jagunços que vinham a mando dos fazendeiros e eles matavam mesmo para conseguir as terras.”<sup>37</sup>

Por último, relato a entrevista do senhor Bernardo<sup>38</sup>, morador da Linha Santa Cruz, interior da cidade de Santa Helena. Bernardo e Margarete se mudaram jovens para o Paraná. A entrevista de Bernardo estava em torno da Fazenda Mesquita. Esta fazenda, localizada na Ponte Queimada, já foi assunto breve em livros como de Palmar<sup>39</sup>. Bernardo relata que nesta fazenda havia muita violência contra os posseiros. Principalmente os homens (pais, maridos) eram mortos na frente da família e suas cabeças eram arrancadas do corpo e colocadas em porteiras ou jogadas no pátio ou os corpos eram jogados no Rio São Francisco. Porém não eram apenas os homens que sofriam violência física, mas as filhas jovens que eram sequestradas pelos jagunços para viverem com eles, a esposa<sup>40</sup> do senhor Bernardo relata um episódio vivenciado em sua própria casa sobre uma família que vivia na Fazenda Mesquita e que estava fugindo de lá.

---

<sup>36</sup> Expressão utilizada por Pedro, para designar as terras produtivas do Oeste paranaense.

<sup>37</sup> Entrevista cedida pelo senhor Pedro a acadêmica Fabiana Stahl Chaparini

<sup>38</sup> Entrevista realizada pela acadêmica Fabiana Stahl Chaparini em Santa Helena em 31 de janeiro de 2014 pela acadêmica Fabiana Stahl Chaparini. Bernardo, pseudônimo utilizado pela acadêmica Fabiana Stahl Chaparini.

<sup>39</sup> PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Travessa dos Editores, Curitiba, 2005

<sup>40</sup> Entrevista cedida pela senhora Margarete em 31 de janeiro de 2014. Margarete pseudônimo utilizado pela acadêmica Fabiana Stahl Chaparini.

“Foi quando eu tava grávida, acho que era lá pelo dia 03 de maio de 71 (1971), uns dias antes de ter o meu primeiro filho, ai eu tava ali no pátio, quando uma família de preto(negros) me assustaram, pedindo que precisavam ficar escondidos até que a polícia passava, me falaram que eram ali da fazenda e que queriam matar eles. Daí eu tava com medo e ai eles me falaram que não iam fazer nada comigo e daí eu levei eles pra dentro da casa e ficaram lá escondidos até que a polícia passou lá na estrada. Depois que a polícia passou eles me agradeceram e foram embora, daí nunca mais escutei deles.”<sup>41</sup>

Percebemos neste trecho que além da violência exercida pelos jagunços, havia a repressão da polícia, que apresenta um discurso de proteção à sociedade, porém percebemos que não foi isto que ocorreu, pois a polícia segue princípios do Estado que justifica a violência como legítima, visando seus próprios interesses. Margarete relata que ficou com medo de não ceder esconderijo pois, por eles estarem fugindo ela acreditava que eles poderiam utilizar da violência contra, também menciona que era comum a polícia estar trabalhando com o fazendeiro da Fazenda Mesquita. Desta maneira problematizamos durante a ditadura civil militar em Santa Helena a polícia era um forte aparelho repressor que estava a favor das injustiças que ocorriam naquele momento, além de prestar serviços a fazendeiros que cometiam grilagem.

Apesar de ser uma estratégia antiga, a prática da grilagem de terras até hoje é exercida principalmente nas regiões do Norte e Centro Oeste do país, no entanto, no Oeste paranaense essa prática esteve fortemente presente durante os anos de 1940 a 1970. A grilagem resulta de estratégias de dominação da classe dominante, o capitalismo com a intervenção do Estado a partir de práticas jurídicas e institucionais proporcionou para que fossem monopolizadas as terras, resultando em atividades de agronegócio, expulsando o pequeno proprietário de terras, posseiros, colonos, procedendo em uma ampla e complexa conjuntura de privatização de terras.

A questão da terra, não foi apenas um problema do período da ditadura civil militar, mas sim é uma prática muito antiga que teve início já no período colonial implicando várias ações como a violência sobre os oprimidos. Ser posseiro implicava em sofrer violência, além de tudo quando esses posseiros estavam nas terras, dos ditos donos apareciam e utilizavam-se da violência para a retirada dessas pessoas. Importante pensar que esses “donos” das terras nem sempre eram os legítimos, mas como sabemos

---

<sup>41</sup> Idem<sup>38</sup>.

havia a grilagem além da parceria com as autoridades públicas para manter o controle e domínio nas classes menos favorecidas<sup>42</sup>.

Palmar também mostra em seu livro “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos”<sup>43</sup>, tal livro trata sobre a morte de Onofre Pinto e seus companheiros, mortos em uma chacina no Parque do Iguaçu. Na investigação para encontrar respostas, Palmar se deparou com Plínio Angeli, que relatou sobre a cidade de Santa Helena, em especial sobre a Fazenda Mesquita

“E histórias Santa Helena tem às pencas; algumas ainda não foram escritas, como a morte por enforcamento de dezenas de camponeses ocorrida na fazenda dos Mesquita, localizada na região da Ponte Queimada; Naqueles últimos anos da década de 60 a violência contra os posseiros era de tal monta que os jagunços matavam os pais e sequestravam as filhas menores para morar com eles.”<sup>44</sup>.

No acervo que foi doado pelo Gernoti Kirinus ao CEPEDAL<sup>45</sup>, apenas tivemos um contato inicial, pois nem todo o material ainda está disponível, no entanto este acervo possibilitara novas pesquisas posteriormente. Em uma pasta encontramos um arquivo sobre a Gleba de Ponte Queimada. Este documento com parecer de número 38/69, emitido pela secretária de segurança pública- Assessoria Jurídica- SSP-1 referindo-se a um despejo que ocorreu na Gleba Ponte Queimada durante os dias 21 a 27 de agosto em que cinquenta e três (53) famílias em torno de trezentas (300) pessoas foram expulsas de suas terras pelas autoridades policiais e do exército. O tenente coronel do 6º batalhão da PME se deslocou até a localidade com parte da sua tropa, aproximadamente 40 pessoas com a determinação de “limpar” a área mencionada, expulsando as famílias, posseiros que lá estavam lá a mais de um ano.

---

<sup>42</sup> No trabalho de Leandro Baller “CULTURA, IDENTIDADE E FRONTEIRA: Transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005) “, ele busca compreender o fluxo migratório entre Brasil e Paraguai, abordando questões sobre a aberturas das fronteiras agrícolas, queda dos regimes autoritários, Itaipu Binacional além da questão da terra.

<sup>43</sup> PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Travessa dos Editores, Curitiba, 2005.

<sup>44</sup> Palmar, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?**– Travessa dos Editores, Curitiba, 2005. P. 164

<sup>45</sup> O NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO SOBRE O OESTE DO PARANÁ - CEPEDAL se constitui num órgão suplementar, vinculado cientificamente ao Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras - CCHEL, e administrativamente ao Campus de Marechal Cândido Rondon, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, objetivando pesquisar e preservar acervos documentais sobre a Região Oeste do Paraná e as populações de fronteira a ela vinculadas.

Para compreender melhor esse ocorrido é importante trazer os antecedentes deste documento que apenas aparece no final do inquérito. Ponte Queimada era uma região que havia boas terras, porém os valores para adquiri-la não eram rentáveis o que fez com que então o proprietário abandonasse as terras, pois para ele as terras não seriam um bom investimento. Com o abandono da propriedade, posseiros começaram a cultivar o solo, para garantir a posse. Quando se abriu a estrada que liga Foz do Iguaçu a Paranaguá as terras começaram a ter um alto valor, sendo assim os donos voltaram e desalojaram os posseiros com a colaboração do capitão Benedito Tertuliano Cordeiro. Lá houve a demolição de casas e mangueiras de porcos, queimaram os ranchos. Estes posseiros expulsos, segundo o que consta o inquérito tiveram assistência até a cidade sendo alojados em um pavilhão da Igreja.

Inicialmente com a leitura do documento, parece haver uma preocupação com esses posseiros desalojados, porém quando são mencionados os antecedentes, a escrita do documento leva a se ter uma hipótese que os posseiros estariam infringindo as leis, pois aparentemente aquelas terras tinham donos e os posseiros se apossaram da propriedade. No entanto, cabe ressaltar que grande parte dessas terras foi adquirida pelos fazendeiros pela prática da grilagem como já citada, sendo uma grilagem especializada constituindo-se em um forte instrumento de legalização e legitimação da posse de terras, após a constituição do Estatuto da Terra.

“Assim, o privilégio na apropriação e legitimação, por um lado, e a violência sistemática contra os pequenos posseiros, por outro, sempre foram os meios para a consolidação dos latifúndios em todos os rincões deste país e a causa original dos conflitos pela terra no Brasil.”<sup>46</sup>

Neste documento que se encontra no CEPEDAL algo que muito chama a atenção é o parágrafo seguinte

“Conforme acentuámos no início do nosso parecer, lá está, em longitudes vulneráveis à formação e ao aliciamento de subversivos, um foco provocado por atos atrabiliários de autoridades e de outras figuras em prol, as quais se mostram

---

<sup>46</sup>JONES, Alberto. **O mito da legalidade do latifúndio. Legalidade e Grilagem no Processo de Ocupação das Terras Brasileiras (Do Instituto de Semarias ao Estatuto da Terra)**; São Paulo, 2003. P; 297.

insensíveis aos problemas de justiça social e, notadamente, às conjunturas que pudessem advir contra a tranquilidade nacional e conseqüente perenidade de nossa soberania.”(PARECER N° 38/69, fls 3)

Percebemos neste parágrafo que os posseiros e que a comunidade em geral estava em constante observação pelos aparelhos repressivos do Estado. Esta área seria propícia a criação de movimentos subversivos, resultando em guerrilhas rurais em prol da reforma agrária e pelo fim da ditadura civil militar. Posseiros, grupos de sem terra, trabalhadores rurais tomam uma nova forma pós-guerra fria, transformando a sociedade criando novos meios de resistência além de novas articulações conjuntas com movimentos urbanos, gera uma insegurança na classe oligárquica e na elite o que proporcionou para que houvesse o intermédio dos militares. Este discurso em relação à cidade de Santa Helena ser considerada uma área de Segurança Nacional também é mencionado em outros documentos como o da AESI.

A utilização da violência através do abuso de poder resultou na expulsão dos posseiros da Gleba da Ponte Queimada, a qual não houve solicitação judicial para que ocorresse o desalojamento dos posseiros, como justificativa o Major Meirelles determinou o capitão Benedito Tertuliano Cordeiro para se deslocar com a tropa fazendo um despejo violento, taxando os posseiros de agitadores entre os posseiros estão David Rossi, Guilherme Rossi, Creolino Vargas, João Ribeiro Bueno entre outros. A aliança entre autoridades locais, como a polícia o exército e os fazendeiros/grandes proprietários de terras era comum neste momento.

Jones mostra em seu trabalho que o direito a terra sempre foi de certa maneira assegurada para toda a sociedade, no entanto isso apenas fica no discurso do Estado, pois quem detém em grande parte a posse de terras são os latifundiários, ressaltando novamente que este sempre em conjunto com o Estado atual, que representa de forma mascarada a classe dominante.

“os posseiros poderiam ter a sua “presunção” de direito real de posse, anulada. Por isso, a ação primeira dos supostos proprietários de terras ocupadas por posses, mas sobretudo, dos grileiros, sempre foi a destruição de tudo quanto pudesse caracterizar ou configurar as posses. Quando não do puro e

simples assassinato dos posseiros e seus familiares e da respectiva ocultação dos cadáveres.”<sup>47</sup>

A luta que os posseiros, colonos, trabalhadores rurais e sem terras, enfrentam sempre foi uma luta que envolveu muita violência, mortes e que até os dias atuais é foco de discussões principalmente pelos meios midiáticos dominantes que constituem os aparelhos privados de hegemonia.

Outro documento<sup>48</sup> que demonstra a atuação de pistoleiros/ jagunços na região de Santa Helena é sobre o caso da família Borba. Vergiliano Vieira Borba natural de Três Passos, Rio Grande do Sul, era casado e tinha 2 filhos. Vergiliano adquiriu a terra em torno de quatro (4) alqueires pelo valor de mil e oitocentos cruzeiros novos do senhor Wilmar Testone em 1968. Lá Vergiliano construiu uma casa e cultivava a sua roça. No dia 24 de agosto, vários elementos da policia chegaram até a sua propriedade com Wilmar Testone, o ex dono da terra que o senhor Borba comprou, naquele momento a família não se encontrava em casa. Quando a família chegou em sua morada viu suas mudanças e pertences todos jogados para fora de casa, além da perda de 20 galinhas as quais haviam sido levadas. Wilmar Testone se justificou por aquela atitude com a alegação que o lavrador Vergiliano não havia pagado todo o valor das terras. O caso ficou apenas arquivado sem ser tomada nenhuma providência. Sobre esse caso nenhuma informação a mais foi encontrada.

O terceiro caso<sup>49</sup> é do senhor Adão Chagas, lavrador, casado com três filhos, morador da costa do Morenã, atualmente conhecida como Linha Morenã. No mesmo sentido, que o segundo caso, essa família foi expulsa de sua lavoura pelo antigo dono sob forças policiais. Chagas comprou a sua propriedade de Domino Becker, comerciante da localidade, que em troca de dois bois e três vacas vendeu a terra para Adão Chagas. Becker acompanhado de dois policiais civis notificou para Chagas e a sua família desocupar a sua casa. Este documento não aborda os motivos que levaram Becker, o antigo proprietário, a acionar a policia para que ocorresse a desocupação da

---

<sup>47</sup>JONES, Alberto. **O mito da legalidade do latifúndio. Legalidade e Grilagem no Processo de Ocupação das Terras Brasileiras(Do Instituto de Semarias ao Estatuto da Terra)**;São Paulo, 2003. P; 297

<sup>48</sup> Documento emitido pela Secretária de Segurança Pública- SSP- 12, 7º Subdivisão da Policia-Cascavel;026; 1969.

<sup>49</sup> Documento emitido pela Secretária de Segurança Pública- SSP- 12, 7º Subdivisão da Policia-Cascavel;089; 1969.

propriedade. Desta mesma localidade, na Linha Morenã, foi encontrado outro documento arquivado sobre a família Oliveira. No mês de junho de 1969, Silvio Oliveira foi residir com sua esposa e sete filhos, adquirido de Claudino de Tal, cinco alqueires de terras tendo como produtividade uma pequena criação. No mês de agosto do ano de 1969, dezesseis policiais militares compareceram na residência do senhor Silvio com um homem conhecido como Ronchetti e de Tal se dizendo proprietário daquela lavoura da família Oliveira. A residência da família foi arrombada, além de uma parte da lavoura ter sido queimada, causando um prejuízo de hum mil cruzeiros novos. No final deste documento o declarante afirma não possuir nenhum documento da terra e que adquiriu pelo Claudi Pimentel. O documento é confuso, pois na primeira parte do documento, Silvio Oliveira passa a declarar que adquiriu as terras de Claudino de Tal, mas no final, o documento afirma que Silvio Oliveira adquiriu as terras de Claudi Pimentel.

A análise do último caso<sup>50</sup> é da família Borba. Nelson Borba, lavrador, natural de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O caso aconteceu na costa do Rio Moreninha, sendo declarado por Nelson que adquiriu as terras acima de onde estava localizado um moinho, propriedade de seu primo Alrindo Borba, que anexo a essas terras adquiriu oito alqueires de terras do senhor Waldemar Pereira, residindo a mais de dois anos nessas terras, além de serem cadastradas no IBRA. No dia vinte e quatro de agosto de 1969 a casa da família Borba foi invadida por policiais militares, retirando todas as coisas da família de dentro da casa. Este documento algo que muito chama a atenção é a presença novamente de Wilmar Testone que está presente no segundo caso relatado nesse trabalho. Importante destacar que este documento se encontra incompleto, os motivos são desconhecidos, sendo levado em conta que parte dele foi extraviado pela questão do tempo ou por outros motivos de sigilo maior que desconhecemos

Em relação às terras alagadas e as indenizações, muitos não receberam ou quando receberam houve demora para o pagamento, Silva nos demonstra isso a partir de uma coleta de relatos de sujeitos que presenciaram esse momento

“Antônio faz referência à demora no pagamento das indenizações aos proprietários de terra, o que provocou um aumento dos preços de terras nos municípios que estavam passando por desapropriação. O posicionamento de Antônio frente ao processo de indenização está imbricado com a postura

---

<sup>50</sup> Documento emitido pela Secretária de Segurança Pública- SSP- 12, 7º Subdivisão da Polícia-Cascavel;044; 1969.

de alguém que colocou a questão das indenizações a serem pagas a determinados trabalhadores desapropriados em um segundo plano, afinal a realidade e as possibilidades de Antônio não estavam articuladas com a dinâmica das indenizações”.<sup>51</sup>

Além do trabalho acadêmico de Silva sobre as desapropriações resultantes da construção de Itaipu, o “Jornal Nosso Tempo”, ao longo das suas edições demonstrou companheirismo aos desapropriados que lutaram contra Itaipu, durante a década de 80 (1980).

A primeira edição sobre o tema foi publicada em março do ano de 1981, número 15. Esta edição trazia em sua capa a manchete: “O preço da paz: Justiça e Terra”, relatando na matéria vários pontos como estes descritos brevemente a seguir

- Silêncio de Itaipu sobre por que a demora de indenização, entre outros.
- Desconsideração de Itaipu sobre o jornal “Nosso Tempo”, pelo posicionamento deles sobre o assunto das indenizações.
- Cinco anos de luta, e 40% dos colonos não receberam as indenizações.
- Em São Miguel, movimentação dos colonos contava com 150 homens da polícia com armas e cassetetes causando uma imagem de conflito perigoso.
- Dezesesseis dias de luta em Santa Helena e com algumas vitórias diluídas no decorrer dos meses.
- Marcha de agricultores que saíram de Itacorá rumo a Foz do Iguaçu com aproximadamente 800 pessoas e 200 veículos, mas tiveram que mudar a rota, pois havia uma tropa de policiais que os aguardavam e integrantes da Itaipu com baionetas em punho contra os agricultores.

Na edição seguinte do jornal, que saiu no mês de março/abril do mesmo ano, as manchetes estavam em torno novamente de Itaipu, relatando problemas que os agricultores estavam sofrendo como roubo e “caça” pela Itaipu. Em dezembro de 1983, o jornal Nosso Tempo, estava completando três anos e fez uma abordagem sobre a luta que eles tinham com o povo, principalmente com os colonos que lutavam pelas indenizações da Itaipu.

---

<sup>51</sup>SILVA, Tatiane, K.M.: **Trabalhadores e proprietários na “Terra das águas”:** Conflitos, desapropriações e expectativas sobre os modos de viver em Santa Helena-PR (1960-2013). UNIOESTE campus de Marechal Candido Rondon, Centro de Ciências humanas, educação e letras-CCHEL. Colegiado de História. 2013. p 93



Nestas edições apresentadas percebemos de que forma a Itaipu Binacional atuou com os agricultores que tiveram suas terras alagadas pelo Lago de Itaipu, e de que forma tal confronto era repressivo. Importante notar que Santa Helena aparece pouco, porém agricultores da cidade estiveram presentes, lutando pelos seus direitos de indenização, tal acontecido pouco relatado na cidade, sendo que muitos nem conhecem.

Mesmo que as edições do jornal “Nosso Tempo” não abordem apenas a cidade de Santa Helena, podemos perceber que o movimento dos atingidos da Itaipu, não eram apenas de Santa Helena, porém estão imbricados na história da cidade resultando em uma memória de esquecimento, ocultamento. Este ocorrido muitas vezes é minimizado em prol de um discurso que enfatiza a modernização e o crescimento da cidade, como a construção da praia artificial de Santa Helena. O Jornal Nosso Tempo, no mês de agosto de 1989, edição 389, relatou sobre os danos que Itaipu causou à cidade, com uma máscara de que com a entrega de areia para a praia de Santa Helena, além da construção da ponte, amenizaria o que ela causou. Mesmo sendo um período posterior à ditadura civil militar, esse processo é resultante das práticas da ditadura (1964-1985).

## CONCLUSÃO

Esses relatos e documentos proporcionaram perceber as várias interpretações que os sujeitos de uma mesma sociedade possuem sobre um acontecido, neste caso a ditadura civil militar. Augusto foi o único que mencionou sobre a ditadura civil militar, sem ser questionado e que acredita que a ditadura foi boa, no entanto Augusto tem conhecimento que o período da ditadura não foi igual para toda a sociedade. Os outros relatos, não mencionaram nada sobre a ditadura brasileira, apenas quando foram perguntados, responderam que não viveram a ditadura militar, e que ali onde eles viviam não existia essa forma de governo.

Além dos relatos colhidos, problematizamos também sobre a construção da Usina Itaipu Binacional, pois este foi um dos grandes impactos da ditadura na região. A construção da Itaipu Binacional resultou de negociações entre Paraguai e Brasil, sobre o escudo de modernização, sendo considerada uma obra faraônica, pela sua imensa estrutura, a qual resultaria um impulso na economia brasileira. Itaipu não foi apenas uma construção que visa apenas os interesses econômicos, mas também interesses políticos. Com a construção de Itaipu, surgiram vários problemas, resultando em conflitos, como exemplo, neste trabalho e citado sobre as expropriações que muitos agricultores sofreram. A formação do Lago de Itaipu alagando várias localidades, inclusive grande parte da cidade de Santa Helena. Porém esse ocorrido se justifica como um avanço para a sociedade, e na qual Santa Helena iria se beneficiar com a construção da praia artificial e com as indenizações das terras.

Toda pesquisa envolve muito tempo e disposição para realizá-la. Quando iniciada a proposta para pesquisar sobre o período da ditadura civil-militar ou até mesmo conhecido como o período de Terror de Estado, sempre soubemos que seria árduo esse trajeto, pois a ditadura ainda é um acontecimento recente, e que envolve muitos elementos em nossa atualidade. Neste ano de 2014, o golpe militar comemorou 50 anos (1964) acontecendo comemorações em torno ao que a classe dominante chama de “Revolução”. Tal revolução nos oponha a acreditar, pois durante toda a pesquisa compreendemos que durante os anos de 1964 a 1985 o que não houve foi revolução, mas sim um golpe civil militar, que destruiu famílias, assassinou, ocultou, reprimiu, desapareceu com pessoas de nome e de sobrenome, pela “ordem do país. Que” ordem” é essa? Ao mesmo tempo em que eles acusavam os comunistas de serem adeptos pela não

família, estes mesmos que guardavam pela família matavam, torturavam, ocultavam fortemente os considerados subversivos. Afinal quem luta pela família, não deveria conservá-la? Realmente isso ocorreu na ditadura civil militar?

A ditadura civil militar se expressou de vários modos na vida dos sujeitos, não apenas dos brasileiros, devido à sua tamanha repressão, na qual tornava muitos sujeitos agentes do próprio Estado. Um breve exemplo a ser trazido sobre a repressão além do território brasileiro é o caso da chacina que ocorreu no Parque do Iguazu, onde o grupo de Onofre Pinto, militantes da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) foram assassinados, dentre os mortos estava o estudante Enrique, argentino, e que lutava contra o regime de repressão<sup>52</sup>.

Até hoje estamos na luta para que sejam encontrados todos os corpos que foram destrachados por esta ordem do país e que familiares até hoje não sabem onde encontrar seus entes queridos. Alguns passos importantes foram e estão sendo tomados nestes últimos anos, porém apenas isso não basta, pois não responde todas as nossas dúvidas, além de não punir quem cometeu estes crimes que seguem impunes. Nesta pesquisa trabalhamos com o uso da memória que envolve o nosso presente, pois a memória é mutável, estando articulada a uma cultura do medo relacionada ao tema ditadura, este medo ligado a vários elementos resultando em muitos casos no silêncio. Sendo assim, encontrar pessoas que falassem sobre esse assunto não foram fáceis, algumas pessoas que foram procuradas para relatarem sobre esse processo preferiam não dar entrevistas como o padre, um religioso, pertencente à ordem religiosa católica, que apenas na conversa informal falou que pesquisar sobre ditadura na cidade de Santa Helena não é fácil, pois as “ raízes” ainda estão presas a cidade, e falar sobre este tema causa medo a ele, sendo esse motivo que ele não quis conceder uma entrevista ou não se propuseram a disponibilizar do seu tempo como o ex-prefeito nomeado Naudé Prates para falar sobre a sua experiência e trajetória de vida que viveram durante o período ditatorial. Além disso, foram feitas análises em documentos que exigiram tempo, pois a situação em que esses documentos se encontram nem sempre são as mais favoráveis devido ao tempo destes arquivos.

---

<sup>52</sup> Aluizio Palmar, em seu livro “ Onde foi que vocês enterraram nossos mortos”, retrata a história de Enrique e da trajetória do grupo de Onofre Pinto até a chacina.

Quando trabalhamos com a ditadura civil militar, é importante compreender que os sujeitos estão inseridos em uma sociedade desigual e que a sua maneira de compreender tal processo ocorre de formas diferentes, devido à posição social que os indivíduos se encontram, pois o Estado tem como finalidade atender os interesses de classe que se universalizam, a partir da vontade particular, sendo que a burguesia governa em nome de interesses do conjunto da sociedade, legalizando assim que o Estado é o precursor da vontade geral, porém é necessário indagar que vontade geral é essa e a quem atende. Neste sentido, percebe-se que a memória remete à experiência do sujeito e quando narrada a pessoa expressa determinados valores, aparecendo em sua fala, gestos, além de que esta experiência vivida faz uma ligação entre o presente e passado, permitindo novos entendimentos sobre o momento a subjetividade /as condições materiais de existência condicionam a sua memória/experiência. Diante disso, por vezes a memória possui certos significados que são entendidos como coletivos sentidos que são construídos historicamente, no entanto isso não quer dizer que todos os sujeitos que possuem determinada memória diante de um processo histórico o interprete da mesma forma, pelo contrário podem atribuir sentidos.

Para finalizar, é importante ressaltar da dificuldade em se trabalhar com a problemática da ditadura civil militar em uma região do interior do país. Santa Helena uma pequena cidade localizada no oeste paranaense, divisa com o Paraguai, não se encontra isolada do país sendo considerada como um forte campo militante a quais se destacaram muito a resistência contra os grandes proprietários de terras, além de outros movimentos citados anteriormente nos documentos, nas falas, e nos jornais. Chegamos à conclusão de que trabalhar com o período ditatorial não nos traz sempre o resultado esperado, como já mencionado devido a elementos que estão articulados a vida desses sujeitos, sendo assim, toda fonte ( documentos, relatos entre outros) foram de grande importância para a realização dessa pesquisa, porém este período é recente e ainda envolve questões de silêncio, resultantes de práticas cometidas e que ficaram ocultadas, para tanto é necessário punir os agentes que causaram tamanho sofrimento a nossa sociedade, isso só se consolidará a partir da união e força dos sujeitos, vale a pena lutar “ PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA E NUNCA MAIS ACONTEÇA”

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Ernani de. **Denuncismo & Censura** nos meios de comunicação de Passo Fundo- 1964/1978. Passo Fundo, Méritos, 2006.
- CUESTA, Josefina. **La odisea de la memoria**. Historia de la memoria en España. Siglo XX. Madrid, Alianza, 2008.
- DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira, a experiência da Ação Popular no Paraná**. Maringá, EdUEM, 2003.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**; RJ: Ed Vozes Ltda, 1981.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar**. RJ, Record, 2001.
- FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo**. Rio de Janeiro, Record, 2008.
- FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil**. RJ. FGV, 1997.
- FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. vl.24, n. 47, são Paulo, 2004.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. SP, Hucitec, 1997.
- HELLER, Milton Ivan. Maria de Los Angeles Duarte. **Memórias de 1964 no Paraná. Brasil diferente**. Curitiba, Imprensa Oficial, 2000.
- LOPEZ, Andre Porto, PENTEADO, Matheus Vinicius, NASCIMENTO, Luis Miguel. **Delegacia de Ordem Pública e Social do Estado (DOPS/PR)**. Revista de História Regional. 2008, vol 13 (1)
- MACIEL, David. **A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República**. São Paulo, Xamã, 2004.
- MASCARENHAS, Milena Costa. **POEIRA X UNICON: confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu**. Dissertação de Mestrado em História, Unioeste, 2011.
- MELO, Demian Bezerra (org). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequencia, 2014.
- MOCELLIN, Renato. **As reações armadas ao regime de 64. Guerrilha ou terror?** SP, Editora do Brasil, 1989.
- MORAES JUNIOR, Leozil Ribeiro. **Movimento dos Agricultores sem Terra do Oeste do Paraná (1970-90)**. Dissertação de Mestrado. PPGH Unioeste, Marechal Candido Rondon. 2010.
- MULLER, Adelmo. **Fronteira das emboscadas**. Reportagem. Relato cru desde a renúncia de Jânio Quadros ao assassinato de guerrilheiros na fronteira. Foz do Iguaçu, s/e, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista**. São Paulo, Boitempo, 2003.
- PADRÓS, Enrique. **O uso da memória e do esquecimento na história**. Literatura e autoritarismo: o esquecimento da violência. n. 4, 2002. Santa Maria, UFSM. [://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num4/ass02/pag01.html](http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num4/ass02/pag01.html)
- PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Travessa dos Editores, Curitiba, 2005.
- RAUTENBERG, Edina. **A revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978)** Dissertação de Mestrado. PPGH Unioeste, Marechal Candido Rondon. 2011.
- SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar**. A esquerda brasileira e influência da revolução cubana. SP, Perseu Abramo, 2007.

- SEIBERT, Carlos Alberto. **Os moradores do Loteamento Ceval na historia de Marechal Cândido Rondon.** Dissertação de Mestrado. PPGH, História, Unioeste, 2008.
- SILVA, Carla. “**Grande imprensa brasileira: Ditadura apagada e Democracia forjada**” (p. 71-95). In: KOLING, Paulo José (et al. orgs.). *Estado e Poder: Ditadura e Democracia.* Cascavel/PR:Edunioeste, 2011. (Coleção/Série Tempos Históricos, 11).
- SCHMITT, Judite Veranisa. **Os atingidos por Itaipu. História e Memória. Oeste do Paraná década de 1970-2000.** Dissertação de Mestrado em História, Unioeste, 2008.
- SMANIOTTO, Marcos Alexandre. **A burguesia rondonense em ação.** (1966-1979) Dissertação de Mestrado em História, PPGH Unioeste, Marechal Candido Rondon, 2008.
- SOUZA, Aparecida Darc. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008).** Tese de Doutorado em História. USP, 2008.
- SOUZA, Ivanor Mann. **A Voz do Oeste e sua relação com as articulações burguesas e o estado em Toledo (1964 – 1970).** Dissertação de Mestrado. PPGH Unioeste, Marechal Cândido Rondon. 2010.
- TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar.** Lisboa, Unipop, 2012.
- VINYES, Ricard (ed.) **El estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a lostrumas de la historia.** Barcelona, RBA, 2009.
- VINYES, Ricard. **Asalto a la memoria: impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas.** Barcelona, 2010.
- ZAGO, Luciana. **Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste paranaense: um estudo de Marechal Cândido Rondon.** Dissertação de Mestrado. UPF, 2007.
- ZAPARTE. Andrea. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba.** Dissertação de Mestrado em História, 2011.